

Políticas Públicas Em Saúde: Um Panorama Histórico Sobre O Sistema Único De Saúde (SUS)

Emily De Figueredo Pedrosa
Universidade Federal Do Piauí

Ricardo Miranda De Brito Costa
Universidade Do Oeste Paulista-Unoeste - SP.

Lucas Teixeira Dezem
Universidade De Ribeirão Preto

Haline Rachel Lino Gomes
UFG

Kelianny Carla Duarte De Araújo
UFPI

Helvidio Barros Nunes
UFPI

Valdir Barbosa Da Silva Júnior
Unirv - Universidade De Rio Verde

Carolina Sena Vieira
Atenas Porto Seguro (BA)

Danilo Gonçalves Dantas
Centro Universitário Uninovafapi

Elvis Vincius Silva Lira
Universidade: Faculdade Medicina Do Sertão - São Leopoldo Mandic.

Fabiana Pinheiro Santiago
Universidade Potiguar (UNP)

Jéssica Maria Gabriela Da Silva Diniz
UFMA

Déborah Vasconcelos Taumaturgo Dias
Universidade Federal Do Ceará

Josemara Pinto De Sousa

Neire Cristina Carvalho Rodrigues
Faculdade FASIPE De Cuiabá

Resumo:

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas em saúde no Brasil, com ênfase na criação e evolução do Sistema Único de Saúde (SUS). Utilizou-se uma abordagem qualitativa, de caráter prático, com a participação de 17 profissionais da saúde atuantes em diferentes níveis de atenção no SUS. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, analisadas com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que os profissionais reconhecem o SUS como uma conquista social fundamental, destacando avanços significativos na atenção básica e no acesso à saúde, apesar de apontarem limitações como o subfinanciamento, a má gestão, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização profissional. Também foi observada a importância do acolhimento e da humanização no atendimento, bem como a percepção de ameaças ao caráter público do sistema. Conclui-se que, embora o SUS represente um marco essencial nas políticas públicas de saúde, sua consolidação plena depende de investimentos adequados, gestão eficiente, valorização dos trabalhadores e maior participação social, reafirmando-se como instrumento fundamental de justiça social e garantia do direito à saúde no Brasil.

Palavras-chave: Saúde; Políticas Pública; SUS.

Date of Submission: 03-04-2025

Date of Acceptance: 13-04-2025

I. Introdução

A saúde pública no Brasil é fruto de um longo processo de lutas sociais, transformações políticas e redefinições institucionais. Desde o período colonial até os dias atuais, o país enfrentou inúmeros desafios para garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde. O desenvolvimento de políticas públicas em saúde acompanhou as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de cada época, revelando as desigualdades estruturais que marcaram historicamente o atendimento à população. Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma das maiores conquistas sociais do povo brasileiro, sendo um marco na consolidação dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 (Peduzzi, 2016).

Antes da criação do SUS, o modelo de assistência à saúde no Brasil era predominantemente privatista e excludente, direcionado majoritariamente aos trabalhadores formais vinculados à previdência social. A grande parcela da população que não possuía vínculo empregatício formal era, portanto, marginalizada do acesso regular aos cuidados médicos, dependendo de instituições filantrópicas, ações emergenciais ou da caridade. Esse modelo não atendia aos princípios de equidade, universalidade e integralidade que deveriam orientar uma política pública voltada ao bem-estar coletivo (Paim, 2018).

Durante o regime militar (1964-1985), o sistema de saúde brasileiro continuou a ser fortemente vinculado à lógica da seguridade social. Contudo, a ineficiência da assistência médica previdenciária, somada ao crescimento das mobilizações sociais por direitos e cidadania nas décadas de 1970 e 1980, impulsionou debates que culminaram na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, considerada um marco na formulação de uma nova proposta de sistema público de saúde. Esse evento contou com ampla participação popular e profissional, defendendo a criação de um sistema universal, descentralizado e com controle social (Silva, 2020).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi fundamental para consolidar o direito à saúde como um direito de todos e dever do Estado, estabelecendo as bases legais para a criação do Sistema Único de Saúde. A Carta Magna incorporou em seu texto princípios progressistas e democráticos que reafirmaram a importância da saúde como um bem público, colocando-a entre os pilares da seguridade social ao lado da previdência e da assistência social. A partir desse momento, o SUS passou a ser concebido como um sistema articulado, com ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde (Tetemann; Trugilho; Sogame, 2016).

A estruturação do SUS implicou profundas mudanças na gestão e no financiamento do setor saúde. Foram criados mecanismos de descentralização administrativa, permitindo que estados e municípios assumissem papel mais ativo na gestão dos serviços. Além disso, foi estabelecido o princípio da participação popular por meio dos conselhos e conferências de saúde, o que permitiu maior transparência e controle social das ações desenvolvidas. Ainda assim, o SUS enfrenta, até hoje, desafios como o subfinanciamento crônico, a precarização do trabalho, a judicialização da saúde e a disputa com o setor privado (Santos; Campos, 2015).

Apesar das dificuldades, o SUS tem desempenhado um papel crucial na melhoria dos indicadores de saúde da população brasileira, como a ampliação da cobertura vacinal, a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida. Programas como o Saúde da Família, a Estratégia de Atenção Básica, o Programa Nacional de Imunizações e, mais recentemente, a atuação durante a pandemia de COVID-19, demonstram a importância de um sistema público, gratuito e de acesso universal. O SUS se tornou referência internacional e um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Olhando para o passado, é possível compreender que a construção do SUS foi resultado de um processo histórico marcado pela luta de diferentes atores sociais: profissionais da saúde, movimentos populares, gestores públicos e intelectuais comprometidos com a justiça social. Esse processo foi essencial para romper com modelos excludentes e estabelecer um sistema mais inclusivo

e democrático, mesmo que constantemente ameaçado por interesses econômicos e pela instabilidade política (Silva, 2020).

Diante dessa trajetória complexa, o objetivo da presente pesquisa foi analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas em saúde no Brasil, com ênfase na criação e evolução do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando seus avanços, contradições e os principais desafios enfrentados ao longo de sua existência.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, de caráter prático, visando compreender as percepções e experiências de profissionais da área da saúde em relação às políticas públicas e à atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). A amostra foi composta por 17 profissionais que atuam em diferentes níveis de atenção à saúde, incluindo atenção básica, média e alta complexidade, em unidades públicas de um município específico. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que possibilitaram um diálogo aberto e flexível com os participantes, respeitando suas vivências e pontos de vista. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias temáticas recorrentes e a interpretação crítica dos dados à luz do referencial teórico adotado.

III. Resultados E Discussões

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas com os 17 profissionais da saúde revelou aspectos significativos sobre a percepção desses sujeitos quanto à atuação do SUS, às políticas públicas em saúde e aos desafios enfrentados no cotidiano dos serviços. Um dos pontos mais recorrentes entre os entrevistados foi o reconhecimento da importância do SUS como política pública essencial à população brasileira, especialmente à parcela mais vulnerável.

A maioria dos participantes destacou que o SUS é uma das maiores conquistas sociais do país, ainda que apresente falhas em sua execução. De acordo com os respondentes E04 e E08, "o SUS é fundamental para quem não tem condições de pagar por atendimento" e "mesmo com dificuldades, ele é o que garante o mínimo de cuidado à saúde da população mais pobre". Essas falas refletem o sentimento geral de que o sistema é necessário e possui um papel insubstituível. Os profissionais também ressaltaram os avanços promovidos pelo SUS ao longo das últimas décadas, especialmente na área da atenção básica.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi apontada por 12 entrevistados como uma política bem-sucedida no acompanhamento contínuo da saúde da comunidade. O entrevistado E11 enfatizou: "A ESF aproxima o profissional da realidade do paciente. A gente conhece a família, acompanha, orienta. Isso é muito mais eficaz do que só tratar a doença no hospital." Essa fala reforça a visão de que a atenção primária fortalece o vínculo entre o serviço e a população.

Entretanto, muitos profissionais demonstraram preocupação com o subfinanciamento do sistema. Essa queixa foi quase unânime entre os entrevistados, sendo apontada como um dos maiores entraves para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados. Segundo o respondente E02, "a falta de recursos compromete desde o material básico até a contratação de profissionais. Fica tudo sobrecarregado". Já o entrevistado E09 complementou: "Muitas vezes a gente tem vontade de fazer mais, mas não tem estrutura. É frustrante."

Além do subfinanciamento, a gestão ineficiente dos recursos disponíveis também foi citada como um problema recorrente. Alguns profissionais mencionaram que há má distribuição de insumos e falhas no planejamento das ações em saúde. O entrevistado E06 afirmou: "Não é só falta de dinheiro, é má administração. Já vi unidade com sobra de vacina que perdeu por falta de uso, enquanto outra unidade estava com falta." Esse tipo de situação demonstra a necessidade de melhorias na articulação e na logística dentro do SUS. Outro aspecto relevante foi a valorização profissional.

Muitos participantes relataram que se sentem desvalorizados e sobrecarregados, o que impacta diretamente a motivação e a qualidade do atendimento prestado. A respondente E13 relatou: "A gente trabalha muito, não tem reajuste justo, e ainda somos alvo de críticas. Falta reconhecimento por parte da gestão e da sociedade." Essa percepção foi compartilhada por outros profissionais, indicando uma demanda por melhores condições de trabalho e valorização salarial. A judicialização da saúde também apareceu como tema recorrente.

Alguns entrevistados apontaram que muitas demandas acabam sendo resolvidas por via judicial, o que, segundo eles, representa uma falha na gestão e na organização dos serviços. Segundo o entrevistado E10, "quando o paciente entra na Justiça, é porque o sistema falhou. Isso mostra que nem sempre conseguimos garantir o acesso como deveria." Esse relato revela o impacto da ineficiência do sistema na vida do usuário e no próprio cotidiano dos profissionais.

No que diz respeito à participação popular, os profissionais apresentaram visões divergentes. Enquanto alguns reconhecem a importância dos conselhos de saúde, outros afirmaram que a população ainda participa pouco desses espaços de controle social. A entrevistada E01 afirmou: "Os conselhos existem, mas poucas pessoas participam. Falta divulgação e incentivo."

Por outro lado, E07 pontuou: "Já vi reuniões que mudaram decisões importantes. Quando a comunidade se envolve, as coisas melhoram." Em relação ao atendimento ao usuário, houve destaque para o acolhimento e a humanização, apontados como pilares da atuação no SUS. Muitos profissionais ressaltaram que, mesmo diante das limitações, buscam oferecer um cuidado digno e respeitoso. O respondente E05 destacou: "A gente se desdobra para atender bem.

O paciente tem que se sentir acolhido, mesmo quando o sistema falha." Esse compromisso ético aparece como um diferencial importante nas práticas cotidianas dos entrevistados. As falas também evidenciaram a percepção de que o SUS sofre ataques constantes, tanto por parte da mídia quanto por políticas que propõem cortes de verbas e processos de privatização. Esses movimentos são percebidos como ameaças ao caráter público e universal do sistema. Segundo E12, "tem gente que quer desmontar o SUS aos poucos. Privatizar tudo. Mas quem sofre é o povo que depende dele." Essa preocupação revela a consciência crítica dos profissionais diante das pressões neoliberais sobre as políticas sociais.

Por fim, houve uma percepção geral de que o SUS pode e deve ser aprimorado, mas sem abrir mão de seus princípios fundamentais: universalidade, integralidade e equidade. Os entrevistados demonstraram orgulho de atuar no sistema, mas também apontaram que mudanças estruturais são urgentes. O entrevistado E14 sintetizou esse sentimento ao afirmar: "O SUS é uma ideia linda que precisa ser sustentada com mais seriedade. Com recursos, com gestão eficiente e com valorização dos trabalhadores." A fala resume a dualidade entre a admiração pelo sistema e a frustração com suas limitações práticas.

Em síntese, os resultados revelam um cenário de tensões, conquistas e desafios que marcam a trajetória do SUS no cotidiano dos profissionais da saúde. A análise das entrevistas permitiu compreender como as políticas públicas em saúde são vivenciadas na prática e quais caminhos podem ser percorridos para seu fortalecimento.

IV. Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o desenvolvimento histórico das políticas públicas em saúde no Brasil, com ênfase na criação e evolução do Sistema Único de Saúde (SUS). Por meio de uma abordagem qualitativa e da escuta de 17 profissionais atuantes no sistema, foi possível compreender de forma mais aprofundada como as políticas públicas em saúde são percebidas, vivenciadas e ressignificadas no cotidiano dos serviços de saúde pública. O panorama histórico apresentado ao longo do trabalho evidencia que o SUS não surgiu de forma espontânea, mas como resultado de um processo histórico marcado por lutas sociais, movimentos populares, mobilizações de profissionais e debates acadêmicos que culminaram na Constituição de 1988.

A institucionalização do SUS representou um avanço significativo na democratização do acesso à saúde no Brasil, propondo um modelo pautado na universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social. No entanto, os relatos dos profissionais entrevistados revelaram que, apesar dos avanços, o SUS enfrenta inúmeros desafios para se consolidar plenamente como política pública eficiente e de qualidade. O subfinanciamento crônico, a má gestão dos recursos, a sobrecarga de trabalho, a desvalorização profissional e os entraves estruturais foram apontados como elementos que comprometem a efetividade das ações de saúde e, consequentemente, o acesso integral e resolutivo à população.

A análise das falas também demonstrou que há um compromisso ético por parte dos profissionais com a missão do SUS, mesmo diante das adversidades. A valorização do acolhimento, da humanização do cuidado e da proximidade com o paciente se destacou como uma prática cotidiana que reforça os princípios do sistema. Esse engajamento dos trabalhadores da saúde é um dos principais pilares de sustentação do SUS. Outro ponto relevante foi a percepção de que o sistema sofre ameaças constantes de desmonte, principalmente por meio de políticas que visam à privatização e à redução dos investimentos públicos. Essa visão crítica dos profissionais demonstra não apenas consciência política, mas também o desejo de defender e aprimorar o SUS, reafirmando sua importância social e seu caráter público.

A pesquisa também revelou que os espaços de participação e controle social ainda são pouco utilizados pela população, o que limita a força das instâncias democráticas previstas na estrutura do SUS. Promover a educação em saúde e a mobilização popular é fundamental para fortalecer a cidadania e garantir que as decisões em saúde sejam cada vez mais compartilhadas com a sociedade.

Em síntese, a trajetória histórica do SUS, seus avanços e suas limitações, revelam a complexidade de se construir e manter uma política pública universal em um país marcado por profundas desigualdades sociais. O SUS continua sendo uma conquista democrática que necessita de constante vigilância, investimento e aprimoramento. Portanto, conclui-se que, embora o SUS represente um marco fundamental na consolidação das políticas públicas em saúde no Brasil, sua efetividade depende de uma gestão comprometida, de financiamento adequado, da valorização dos profissionais e da participação ativa da sociedade civil. Somente por meio do fortalecimento coletivo será possível preservar os princípios do sistema e garantir o direito à saúde como um bem comum, acessível a todos.

Referências

- [1] Paim Js. Sistema Único De Saúde (Sus) Aos 30 Anos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1723-1728, 2018.
- [2] Peduzzi M. O Sus É Interprofissional. *Interface - Comunicação Saúde Educação*, 20(56), 2016.
- [3] Santos L, Campos Gws. Sus Brasil: A Região De Saúde Como Caminho. *Saúde Soc. São Paulo*, 24(2):438-446, 2015.
- [4] Silva, L. S. Universalidade Do Acesso E Acessibilidade No Quotidiano Da Atenção Primária: Vivências De Usuários Do Sus. *R. Enferm. Cent. O. Min.* [Internet], 2020.
- [5] Tetemann, E. C.; Trugilho, S. M.; Sogame, L. C. M. Universalidade E Territorialização No Sus: Contradições E Tensões Inerentes. *Textos Contextos (Porto Alegre)* [Internet], 2016.